

## mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

## Raul Jungmann

## Combate ao garimpo ilegal deve unir joalherias, Receita e Itamaraty

SÃO PAULO O combate ao garimpo ilegal que atingiu o povo yanomami precisa unir forças como Banco Central, Receita, CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Itamaraty, na avaliação do ex-ministro da Defesa Raul Jungmann.

Hoje presidente do Ibram, que reúne grandes mineradoras, como AngloGoldAshanti e Kinross, Jungmann diz que o setor tem alertado sobre a ilegalidade e se posicionou contra a mineração em terra indígena na gestão Bolsonaro.

Além de repressão policial, defende o combate do mercado ilegal até a exportação. "A questão do ouro ilegal envolve repressão, comando e controle. Mas tirar o mercado deles é tão importante quanto."

**Como as grandes mineradoras estão acompanhando a crise yanomami?** Estamos acompanhando pelo lado da preocupação com o garimpo e o ouro ilegal. É uma tragédia horrível e que está acontecendo com os yanomami.

Desde 2022, a gente combate o garimpo ilegal. Começamos a fazer isso a partir de um relatório do Instituto Escolhas, que produziu um trabalho sobre a cadeia de exploração, produção e comercialização do ouro ilegal. Esse ouro, que vem do garimpo ilegal, destrói a natureza, usa mercúrio, é terrível para peixes e populações ribeirinhas.

Eles corrompem e matam as populações originárias no entorno e se associam a facções criminosas. Fui ministro da Segurança Pública e tinha informação de que o PCC se infiltrava nessa atividade.

**Há preocupação com a imagem do Brasil e do setor?** Existe uma percepção de que o garimpo ilegal faz parte da mineração. Mas a mineração legal paga impostos, gera renda e emprego. Nós temos uma postura. Quando o governo quis aprovar urgência do projeto de lei 191 de mineração em terras indígenas [na gestão Bolsonaro, em 2022], as pessoas ficaram surpresas porque nós fomos contra.

Ali se abria brechas para o que se chamava de garimpo artesanal, mas na verdade era uma espécie de legitimação para o garimpo ilegal. A mineração sustentável não tem lugar no futuro se ela não tiver o que nós chamamos de licença socioambiental, o que implica em responsabilização.

O relatório de que eu falei mostra que a lavagem do ouro ilegal é feita, em grande medida, nas DTVMs, distribuidoras de títulos e valores mobiliários. E ele mostra como cinco das DTVMs são responsáveis por quase 90% do ouro ilegal. O Brasil produz pouco mais de 100 toneladas de ouro, e 50 toneladas são ilegais. Isso dá US\$ 2,5 bilhões, para termos uma ideia do tamanho que tem esse mercado ilegal e os seus interesses.

**Por que o ouro no Brasil chama a atenção?** Porque ele é mercadorias mas também é ativo financeiro, ele tem essa dupla identidade. E, por ser ativo financeiro, o Banco Central regula isso. Então, a nossa conversa, no ano passado, foi com o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Nós, o Escolhas, o ISA (Instituto Socioambiental) e o Ethos fomos apresentar o problema. Tivemos uma excelente conversa.

Existe um limite que é o princípio da boa fé: o sujeito pega um papel de embrulho, transforma em uma nota fis-

cal e entrega o ouro. A partir dali vem a lavagem. Se você for fazer uma investigação, eles vão chegar com uma pilha de notas fiscais, uma boa parte frias, e você, pelo princípio da boa fé, tem de aceitar.

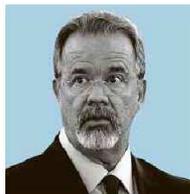
O Flávio Dino [ministro da Justiça] já entrou com o pedido junto ao Supremo para suspender esse problema. É necessário implantar a nota fiscal eletrônica, que possibilita rastrear e cruzar os dados. Ela é central nessa estratégia. E quem faz isso é a Receita. Pedimos audiência com o secretário da Receita, ainda no governo Bolsonaro. E fomos lá, nós, o Escolhas, um representante do BC, um da CVM, e um do Ministério de Minas e Energia. Retomamos agora para uma nova reunião com o novo secretário da Receita. Ele chamou a equipe e, de novo, apresentamos o estudo. Ele disse que seria prioridade acelerar a implantação na nota fiscal eletrônica e disse que levaria esse assunto ao ministro da Fazenda, Haddad.

Também entramos com pedido de investigação na CVM. O caso yanomami tem tudo a ver com isso. As pessoas falam que a questão do ouro ilegal envolve repressão, comando e controle. Isso é preciso fazer. Mas tirar o mercado deles é tão importante quanto. Se você retira o mercado deles, eles perdem a atratividade. Esse é um eixo de trabalho.

**Há outros eixos?** O segundo eixo é a rastreabilidade. Esse é um tema que pretendo falar com Flávio Dino [ministro da Justiça]. Temos uma parceria com a Polícia Federal, que é uma tecnologia baseada em radioisótopos. Todo ouro que é extraído tem uma digital, ou seja, ele vem com resíduos, que permitem saber de onde ele veio, se veio de uma terra indígena, de uma terra legal, se foi de uma reserva. Isso está em desenvolvimento.

No terceiro eixo, nós reunimos as principais joalherias do Brasil com as mineradoras legais, que são auditadas, controladas. Propusemos aproximar os setores com certificação de ouro legal.

O quarto eixo é o exterior: A Suíça é um grande importador de ouro do Brasil. Vai ouro legal e ilegal. Conversamos com o governo suíço, empresários e ONGs para que eles criassem a exigência do ouro legal. Ou seja, há uma responsabilização interna, mas também externa. Tem que ter responsabilidade de quem compra do lado de lá. Se não existir isso, não fecha o circuito. Também falamos com o chanceler Mauro Vieira pedindo apoio do Itamaraty.



## Raio-X

No governo Fernando Henrique Cardoso, foi ministro do Desenvolvimento Agrário, ministro extraordinário da Política Fundiária, presidente do Ibram e o Inbra. Na gestão de Michel Temer, em 2016, se tornou ministro da Defesa e, a partir de 2018, ministro da Segurança Pública. Também foi vereador do Recife e deputado federal.



Thawanna Mendes, 51, que, por 36 anos, foi a babá, a cozinheira e a faxineira de uma família sem receber salários, situação análoga à de escravidão Karine Xavier/Folhapress

## Vítima de trabalho escravo enfrenta longa jornada após resgate

Políticas públicas ainda esbarram em falta de acompanhamento e estrutura para proteger e reinserir submetido à exploração

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O primeiro piquenique na companhia das irmãs, cunhados e sobrinhos, a primeira visita a uma livraria, a primeira vez no Museu da Língua Portuguesa. A primeira peça de roupa jeans, as primeiras tranças nos cabelos, a primeira dança — ao som de Blitz.

Aos 51, Thawanna Mendes tem vivido uma série de primeiras vezes, acumuladas desde que tomou coragem e, também pela primeira vez, pediu ajuda em um hospital. Vivia desde a adolescência em uma casa, onde trabalhava sem registro e sem direitos. Somente quando se viu internada é que a ficha começou a cair.

"Chorava muito porque eu não me conformava, estava lá e ninguém se preocupou comigo, eu cuidei de todo aquele pessoal. Aquela mágoa estava me deixando louca", diz. "Ainda voltei para lá [a casa], mas aí acordei. Eles mudaram por uns três dias. Depois, ela [a patroa], mesmo sabendo que eu precisava de repouso, pediu se eu tinha como fazer comida, se tinha como só arrumar o quarto."

Por 36 anos, Thawanna viveu com uma família que acreditou ser também a dela. Não era. Foi a babá, a cozinheira e

“Eu quero contar que a Thawanna sobreviveu, está livre e está começando um nova vida. A vida de sofrimento acabou”

Thawanna Mendes, 51 resgatada após ter trabalhado como babá, cozinheira e faxineira por 36 anos em situação análoga à de escravidão em uma residência

a faxineira. Cuidou dos filhos e depois dos netos daqueles que a colocaram para trabalhar, junto a duas irmãs, quando ainda era adolescente. Não tinha salário, não estudava, não tinha amigos.

O pedido de ajuda definitiva chegou por intermédio de um fisioterapeuta que atendeu em casa, como parte do tratamento de uma fratura no quadril. Dias depois, o Ministério Público do Trabalho chegava com a autorização judicial para retirá-la de lá.

O percurso até o fio de esperança ao qual se agarrou foi cheio de altos e baixos. Os primeiros seis meses, diz, foram piores. Por diversas vezes, quis voltar, quis se desculpou. "Sentia como se eles [a rede de assistência social e o MPT] estivessem destruindo minha vida, mesmo tendo sido eu quem pedi ajuda."

Thawanna não é o nome que aparece em sua certidão de nascimento, mas é aquele escolhido por ela para contar dos mais de 30 anos vividos em situação análoga à de escravidão. Antes disso, era o nome que queria dar a uma filha, um sonho que se perdeu.

Primeiro, pela vida delimitada pelo quarto das filhas dos patrões — onde dormia no chão — e a sala da casa, onde dormiu em um sofá nos últi-

mos anos até deixar a família definitivamente. Depois, pelo trauma de ter sido vítima de abuso sexual em casa, pelo patrão, e outra vez, na rua, em uma das poucas vezes em que saiu sozinha.

Agora, mais de um ano depois do resgate, Thawanna faz planos para o futuro. Quer, assim como a escritora Carolina Maria de Jesus, mulher negra a quem tanto admira, escrever para dar voz a outras meninas e mulheres que passaram pelo mesmo sofrimento. "Eu quero contar que a Thawanna sobreviveu, está livre e está começando uma nova vida. A vida de sofrimento acabou."

## Número de resgates cresce

Em 2022, 2.575 trabalhadores foram encontrados pela fiscalização em condições degradantes de trabalho ou em jornadas exaustivas em todo o Brasil. O número foi o maior registrado pelo grupo volante de fiscalização desde 2013, quando 2.808 trabalhadores foram encontrados.

O rosto do trabalho escravo contemporâneo ainda é masculino e predominantemente na zona rural. A procuradora Lys Sobral, da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, afirmou que o trabalho escravo contemporâneo ainda é masculino e predominantemente na zona rural. A procuradora Lys Sobral, da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, afirmou que o trabalho escravo contemporâneo ainda é masculino e predominantemente na zona rural. A procuradora Lys Sobral, da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, afirmou que o trabalho escravo contemporâneo ainda é masculino e predominantemente na zona rural.

Continua na pág. A17